

SESSÕES DO PLENÁRIO

12ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 11 de março de 2024.

**PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES
(PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE)**

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Felipe Duarte, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pedro Tavares, Penalva, Ricardo Rodrigues, Robinho, Robinson Almeida, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (49)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas da 9ª Sessão Ordinária e da 2ª Sessão Especial, realizadas, respectivamente, em 4 e 7 de março de 2024; e do Termo de Abertura do dia 7 de março de 2024.

Em discussão, as atas e o Termo de Abertura que acabam de ser lidos. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovados.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre deputado Zó pelo tempo de até 5 minutos, dentro do Pequeno Expediente.

O Sr. ZÓ: Presidente e colegas deputados, funcionários, imprensa, o que me traz a esta tribuna é o fato de a gente estar no mês da mulher, mas imaginem se nós não estivéssemos... Talvez isso não mude praticamente nada, mas em Juazeiro teve caminhada, teve uma corrida específica para as mulheres, no dia 8 de março deste

ano. Houve também um debate sobre a questão do combate à violência contra as mulheres, mas hoje, segunda-feira, a gente amanheceu com mais um relato de feminicídio em nossa cidade, deputado Robinson.

Uma jovem de 25 anos, Quemoly, foi assassinada por um bombeiro militar, de 32 anos. Todo mundo já sabe o porquê, não precisa nem dizer, por um relacionamento que terminou e o criminoso não aceitou. Ele entrou... de madrugada, quase às 2 horas da manhã, quando a moça voltava do seu trabalho, pois ela arrumava festas de aniversários, de casamentos. Ao chegar a casa, ele a recebeu com um tiro. A menina era uma moça de 25 anos. Ela se tornou mais uma mulher que entrou para as estatísticas do feminicídio.

Eu vim falar sobre isso aqui, porque ainda há uma grande parte da sociedade achando que as mulheres têm de aguentar isso caladas, que é "mimimi". Achando que os protestos, que as reuniões, que as cobranças por justiça estão erradas. Ela foi mais uma jovem nas estatísticas.

Isso não aconteceu somente em Juazeiro, eu acredito que hoje outras mulheres sofreram agressões e foram assassinadas no Brasil, em algum lugar do país. O que adianta correr atrás..., fazer manifestação, fazer conscientização, se todos os dias você vê isso acontecendo?

Sábado, encontrei uma mãe com medida protetiva, uma mulher aterrorizada por mais um desses canalhas que agredem as mulheres. Às vezes, a agressão acontece como ocorreu há alguns meses em Juazeiro, um desses criminosos que não aceitam o fim do relacionamento assassinou a criança para atingir a mãe. É assim que a sociedade está.

A gente precisa se juntar principalmente às mulheres de luta para dar um basta nisso, e vejo aqui a deputada Olívia Santana... Essas penas para o feminicídio têm de aumentar, muitas vezes, já devem ser impostas antes de acontecer o assassinato, porque eles não assassinam da primeira vez, não. Primeiro, eles intimidam, fazem pressão psicológica, agredem, até chegarem a matar.

No caso de hoje, Além de outros familiares, ficaram lá duas crianças com mãe morta, uma criança de 10 anos e uma criança de 2 anos, filha do assassino, réu confesso, preso em flagrante. Então, isso é o que está acontecendo em Juazeiro.

Inclusive, deputada Olívia, eu encaminhei uma moção de pesar e queria que a senhora subscrevesse essa mensagem com a bancada feminina desta Casa, para que a gente cobrasse da Justiça..., para que a gente fosse à Justiça e exigisse o julgamento desse criminoso. Que ele pague e pague caro por esse crime. Que ele possa pegar a pena máxima e isso possa fazer com que os outros que querem cometer esse tipo de assassinato, esse tipo de crime, possam ser, pelo menos, intimidados e saberem que vai haver justiça.

Juazeiro hoje está muito triste. Essa menina era muito querida pela sociedade. Inclusive, ela morava na Vila Tiradentes, uma vila que foi constituída para os militares em Juazeiro. Ela foi assassinada cruelmente, friamente, enquanto as suas crianças dormiam, na hora que chegou do trabalho. Ela...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) trabalhou até às 2 horas da madrugada e quando chegou foi recebida a tiros dentro da sua própria casa, por causa de um relacionamento que ela não queria mais.

A sociedade não aceita mais isso. Não é mimimi! Não é mimimi! Quem acha isso normal e tolerável precisa aprender que o ocorrido com Quemoly pode acontecer dentro da sua casa, com as suas filhas ou com alguém muito próximo. Então, em nome dela e em nome de todas as mulheres, basta! Basta! Que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a gente, enquanto sociedade, dê um basta nisso.

Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Prezado Zó, V. Ex.^a traz um tema extremamente sensível. Eu tenho certeza de que esta Casa vai continuar agindo, discutindo e buscando alternativas para nós termos uma sociedade mais justa. Isso necessariamente passa pela proteção aos direitos humanos e à vida, especialmente das mulheres.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra à nobre deputada Olívia Santana pelo tempo de até 5 minutos, no Pequeno Expediente.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, deputados e deputadas, servidores desta Casa, eu venho a esta tribuna, primeiro, para saudar todo o Movimento de Mulheres na Bahia, no Brasil e no mundo inteiro, que foi às ruas no 8 de Março, protestar e lutar por direitos.

Segundo, quero dialogar com a fala do deputado Zó, que acabou de fazer a sua denúncia e de demonstrar a sua indignação com mais um caso de feminicídio. Esse tipo de crime cresce a cada ano e merece todo o nosso repúdio e a nossa repulsa.

Colegas, para vocês terem uma ideia, nós tivemos oficialmente registrados 1.463 casos de feminicídios no Brasil, apenas em 2023. É um absurdo! É uma epidemia! É uma mortandade de mulheres! Nós não podemos simplesmente registrar as estatísticas e não assumir uma atitude política enquanto legisladoras e legisladores, no sentido de enfrentar este quadro absurdo, presidente.

Se enfrenta isso com políticas públicas que tenham impacto no sistema educacional, desconstruindo esse ideário de que as mulheres são inferiores aos homens e de que homem pode mais do que mulher. Desconstruindo esse ideário de que os homens têm direitos sobre as mulheres, sobretudo, sobre os direitos sexuais e reprodutivos, controlando-os por uma visão obscurantista que acaba legitimando violências, estupros e as mais diversas formas de violação de direitos e do próprio corpo das mulheres.

Não vamos nos esquecer, jamais vamos virar a página em relação aos estupros coletivos que aconteceram no Carnaval da Bahia, por exemplo. Nós exigimos a resposta, deputada Neusa. Esses estupros não podem ser colocados no “rol do esquecimento”. Nós precisamos ter respostas contundentes que deslegitimem esse tipo de prática de violência naturalizada contra as mulheres.

Para vocês terem uma ideia, colegas, eu quero destacar que a Bahia tem apenas oito varas de violência doméstica. Esse estado que tem uma população de quase 15 milhões de habitantes. Já Brasília, no Distrito Federal, possui 20 varas de violência doméstica e tem uma população de menos de 3 milhões de habitantes. Observem a disparidade. Deputada Neusa, nós precisamos de mais varas especializadas para que os crimes não fiquem impunes.

Nós temos uma das melhores leis que existem no mundo. A Lei Maria da Penha é considerada uma das melhores leis do mundo. É a terceira lei mais importante e mais completa de enfrentamento à violência. O que nós não temos e de que se precisa é da devida consciência por parte de muitos juízes que acabam dando à lei a interpretação que querem; muitas vezes, amenizando a pena do agressor, do feminicida. É contra isso que nós temos de levantar a nossa voz e ter coragem de falar. É preciso acabar com esse pacto que existe na sociedade brasileira, um encobertando o outro.

As vozes dos homens precisam também se levantar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para denunciar e para dizer que não concordam com esse tipo de ação, de interpretação na área judicial.

Portanto, presidente, eu finalizo a minha fala dizendo ser fundamental unirmos esforços, não apenas no dia 8 de março, mas nos 365 dias do ano para enfrentarmos a violência contra a mulher.

Nós mulheres...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) queremos igualdade real de direitos. Queremos viver numa sociedade segura, uma sociedade em que haja progresso para todas as mulheres, todas as pessoas, compreendendo haver uma diversidade de humanidade.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu gostaria de trazer, hoje, a esta tribuna.

Muito obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Deputada Olívia Santana, V. Ex.^a é uma voz, realmente, muito firme e muito coerente nesta Casa em defesa dessa causa extraordinária, que é a proteção à vida das mulheres.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Dando continuidade aos inscritos, eu convido o nobre deputado Robinson Almeida para utilizar o tempo de até 5 minutos no Pequeno Expediente.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, pessoas que nos acompanham nas galerias, profissionais de imprensa, eu quero hoje parabenizar o presidente Lula, o governador Jerônimo Rodrigues, o ministro Camilo Santana e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, pelo lançamento nacional, em Salvador, na Arena Fonte Nova, do Programa Pé-de-Meia.

O programa visa criar uma poupança para os nossos alunos da escola pública poderem desenvolver o 2º grau, com o apoio financeiro e educacional do governo federal. Nós poderemos melhorar, primeiro, a matrícula; depois, a permanência dos alunos na sala de aula; e, por conseguinte, a aprovação desses meninos e meninas no Ensino Médio para que possam fazer o Enem e entrar na universidade.

Eu creio que é um programa inspirado numa política exitosa da Bahia, que é o Auxílio Permanência, que entende que, para além das questões de dentro da escola, de dentro da sala de aula, as externalidades e as condições socioeconômicas impactam, fundamentalmente, no processo de aprendizado da rede pública de ensino.

Por isso, eu saúdo essa atitude corajosa do presidente Lula ao investir R\$ 9,2 mil em cada estudante que, ao longo de 3 anos, receberá, em média, R\$ 3 mil para se matricular, frequentar e ser aprovado nos 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio.

Creio que essa forma é um estímulo fundamental, especialmente, para aqueles mais necessitados, porque esse programa é voltado para as famílias que tenham filhos no cadastro do Bolsa Família. Esse programa foi negado por muitos no seu início e no seu nascedouro. Hoje, virou unanimidade no Brasil, porque até mesmo um dos que combateram a vida toda teve de se render a uma obviedade. Sem comida na barriga não tem como o nosso país desenvolver e crescer. Por isso, ninguém teve a ousadia de acabar com o Programa Bolsa Família.

E, aí, para ampliar o horizonte dessas famílias, inclusive, para que os seus filhos possam prosperar, entrar ao mercado de trabalho com o Ensino Médio concluído ou entrar na universidade e ter uma formação, vem o Programa Pé-de-Meia, fundamental para a educação pública do Brasil.

Aqui, deixo o meu agradecimento ao presidente Lula pela sua sensibilidade e também ao governador Jerônimo Rodrigues por ter criado essa parceria tão importante entre a Bahia e o Brasil.

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu também quero aproveitar o momento para convidar todos a comparecer a uma sessão especial em 14 de março, às 15 horas, em comemoração aos 44 anos de fundação do Partido dos Trabalhadores. Esse é o partido do presidente Lula, é o partido do governador Jerônimo, do senador Jaques Wagner, do ministro Rui Costa, é o partido de nove deputados desta Casa. Nós vamos fazer uma sessão especial para poder celebrar a nossa existência e também projetar os desafios do futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, Robinson.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido o nobre deputado Robinho. (Pausa) Ele declina.

Com a palavra o nobre deputado Samuel Junior.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr. Presidente e meu amigo professor Zé Raimundo, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, equipe da Taquigrafia, imprensa, eu

quero, para contextualizar a minha fala, chamar uma passagem bíblica à reflexão. V. Ex.^a, professor Zé Raimundo, é um estudioso também da Bíblia.

A Bíblia conta a história do rei Davi, deputado Robinho. Ele era o menor na sua casa, foi visitar os seus irmãos que estavam acampados no exército. E a Bíblia diz que quando ele chegou lá, ele encontra um filisteu que estava desafiando o exército. E Davi diz assim: “Quem é esse incircunciso que desafia o exército de Deus vivo?” E todos sabem da história. Davi, logo em seguida, vai até Saul, deputado Pablo, que era o rei daquela época, e pede autorização a Saul para enfrentar esse incircunciso. Esse incircunciso era Golias. Ele pega as pedras, derruba Golias e corta a sua cabeça.

O que me faz trazer essa reflexão bíblica é exatamente para mostrar que uma das menores assembleias legislativas do nosso Brasil, a do estado do Espírito Santo, teve coragem, na semana passada, de pautar um assunto que foi a prisão do Capitão Assunção. Eu não discuto o mérito, qual seja, se o Capitão Assunção está certo nas suas colocações ou nos seus feitos. Mas o fato mostra que aquela assembleia legislativa teve a coragem de enfrentar uma decisão monocrática do ministro Alexandre de Moraes que mandou prender um deputado estadual.

Ora, se aquela assembleia se acovardasse como, infelizmente, se acovardou a Câmara dos Deputados, à época do deputado federal Daniel, mostraria que não tem a coragem como teve Davi. A Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo é composta por 30 deputados. Desses, 24 deputados votaram pela soltura imediata do Capitão Assunção, para que a assembleia, sim, faça o julgamento, qual seja, se ele está com a sua conduta correta ou não.

E a minha fala é exatamente para que sirva de exemplo não só para o estado do Espírito Santo, mas também para todas as assembleias legislativas. Que qualquer parlamentar, independente da sua agremiação partidária, independentemente de seu lado partidário, tenha o direito à livre expressão da sua manifestação e também de até se opor àquele que se coloca. Até porque eu sempre digo, professor Zé Raimundo, que qualquer pessoa que se propõe a estar na vida pública tem de estar aberto também para as críticas. Infelizmente, a gente vê que ninguém pode criticar o todo poderoso ministro, que, numa decisão monocrática, mandou prender o deputado. Mas a assembleia legislativa mandou soltar, o que foi feito de imediato.

Como volto a dizer, aí fica um exemplo para todas as assembleias legislativas e também para a própria Câmara dos Deputados para que o julgamento seja feito naquela Casa, entre os 513 deputados. Isso serve para qualquer um de nós que também errar, pois há aqui um Regimento Interno que norteia os nossos passos.

Deputado Robinho, o senhor que mora vizinho ao estado do Espírito, então venho, no dia de hoje, parabenizar a atitude daquela assembleia que teve a coragem de enfrentar uma decisão monocrática de um ministro. Como dizia Martin Luther King: “O que me incomoda não é o barulho que os maus fazem, mas é o silêncio das pessoas boas.”

Eu me manifesto e parabenizo aquela assembleia, pois assim como o Davi – um pequeno – teve coragem de enfrentar..., aquela assembleia também teve.

Que Deus abençoe o nosso querido Brasil!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Samuel Junior.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra à nobre deputada Neusa Cadore pelo tempo de até 5 minutos, no Pequeno Expediente.

A Sr.^a NEUSA CADORE: Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, visitantes que nos assistem das Galerias Paulo Jackson, eu venho a esta tribuna destacar a importância da luta das mulheres neste mês de março.

O Dia Internacional da Mulher é celebrado, no mundo todo, no dia 8 de março. É um dia carregado de muita energia, um dia carregado de lutas. Há muitos séculos, durante toda a história, em qualquer lugar do mundo, tem sido um movimento muito vigoroso vivido por companheiras de vários países, de várias comunidades, companheiras do campo, companheiras da cidade. Isso é para nós uma demonstração muito clara de que na sociedade os oprimidos sempre vivem o movimento de resistência, o movimento de solidariedade. É também a compreensão de que a história é marcada por essa luta e as mulheres têm sido protagonistas desse forte movimento, a ponto de termos essa data celebrada no mundo todo há mais de 1 século.

O mês de março é palco de muitas manifestações, seja nos pequenos municípios ou dentro de algumas paredes, mas também nas ruas. Nós podemos comemorar, celebrar conquistas importantes, a exemplo do direito ao voto conquistado há menos de 1 século, a exemplo da Lei Maria da Penha, que foi sancionada pelo presidente Lula em 2006, a exemplo da lei mais recente que equipara o direito das mulheres em pleno século XXI, a gente ainda está lutando para ter igualdade de direitos quando se trata da questão do salário.

Como parlamentar, que assumo a titularidade do mandato nesta semana, eu quero também dizer da alegria de aqui, nesta Casa, ter colaborado com projetos importantes para a garantia do direito das mulheres. Hoje, particularmente, eu gostaria de citar a Lei nº 14.343/2021, chamada de Selo Lilás. Uma certificação será dada pelo governo da Bahia às empresas que colocarem no seu ambiente de governança a preocupação e o cuidado de serem parceiras da luta para enfrentar basicamente duas questões.

Uma questão é a valorização tão necessária da presença da mulher nos ambientes no mercado de trabalho. Vou só lembrar que, hoje no Brasil, 50% das mulheres perdem seus empregos, deputado Samuel, até 2 anos após a licença-maternidade. Então, uma questão é a valorização da presença da mulher, garantindo o direito de que ela seja valorizada, tenha oportunidades de capacitação, seja vista nos momentos em que aparece a oportunidade e seja dada a ela a condição de ser promovida e de ocupar espaços de poder – espaços de decisão dentro das empresas.

Uma outra questão que o Selo Lilás recomenda e chama a atenção é o enfrentamento à violência por que a mulher sofre diariamente nos ambientes de trabalho. Nós passamos muito do nosso tempo no trabalho e, infelizmente, o assédio

moral ou o assédio sexual ainda é uma violência que marca, adocece e violenta as mulheres.

Quero dizer da minha alegria, por quê? O governador Jerônimo, logo que assumiu o governo, resolveu tirar essa lei da gaveta, deputado Zé Raimundo. Então, a Bahia,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, fez um movimento muito grande convidando as empresas. Nós tivemos 196 empresas que se inscreveram e têm manifestado o desejo de se somar com aqueles e aquelas que lutam por uma sociedade menos violenta, mais igualitária, uma sociedade que respeita as mulheres. Esse trabalho que será feito, que começa a ser incentivado pelo governo do estado dentro das empresas, representa para nós...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Para concluir, presidente.

(...) um avanço muito grande na luta. Com certeza é um exemplo a mais de que nós temos de lutar para ganharmos, cada vez mais, parceiros para que as mulheres tenham direito a uma luta sem violência.

Então, obrigada ao governador Jerônimo e à secretária Elisângela, da SPM. A Bahia certamente vai ter essa contribuição que vai nos ajudar na luta por uma vida sem violência.

Obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O.k., deputada Neusa. Primeiro, quero parabenizar também a senhora que efetivou o mandato com a saída do nosso colega deputado Paulo Rangel para o TCM, a senhora que é uma grande guerreira. Deus continue abençoando a senhora.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Hilton Coelho. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, eu quero inaugurar aqui o nosso protesto, que vai estar nesta tribuna em todas as sessões em que nós, mais uma vez, estejamos em falta com a Defensoria Pública do Estado da Bahia.

A pergunta que não quer calar é: cadê o PLC-154/2023 que até agora não veio à votação apesar, repito mais uma vez, de todos os acordos feitos no final do ano passado? Tudo certo para que a Defensoria Pública, que é uma categoria feminina em grande medida...

Quero destacar, aqui, que este protesto também tem relação com a luta de uma categoria que, nesse 8 de março, protestou firmemente contra a situação de desnível completo entre a nossa Defensoria Pública, o Ministério Público e o Judiciário baiano. O compromisso de quebrar esse desnível foi feito por toda a Casa,

volto a dizer, pelo líder da Oposição, que manteve, e pelo líder do Governo, autorizado pelo governador.

Então, nós vamos fazer as nossas falas aqui todos os dias, nesta tribuna, marcando o nosso protesto até que o PLC-154/2023 venha à votação e se faça justiça, não com a Defensoria Pública, não com as defensoras e defensores públicos, mas com a Bahia, que precisa de uma Defensoria Pública cada vez mais fortalecida, já que é um estado de pobreza, de exclusão, de negação de direitos. E essa é uma instituição corajosa, que não vacila na defesa dos interesses dessa população mais vulnerável.

Mas, Sr. Presidente, ocupamos também para falar das mobilizações no 8 de março, foram mobilizações muito vigorosas. Aliás, antes que eu me esqueça, é uma instituição, hoje, guiada pelas mulheres. Dr.^a Firmiane Venâncio está à frente, no comando, dirige a Defensoria Pública, toda de mulheres. Por isso, a luta delas precisa ser homenageada nesta data também. Mas não vai ser só hoje, não, viu deputado Samuel? Todo dia esta plaquinha vai estar aqui até esta Casa a se levantar e aprovar o projeto, que precisa ser aprovado.

Mas nós estivemos pelas ruas de Salvador acompanhando a marcha, que aqui foi extremamente vigorosa, a Marcha do 8 de Março, que aconteceu pelo país todo, em todas as capitais, em diversos municípios, mostrando que o movimento de mulheres, o movimento feminista, está aí, lutando contra um conjunto de situações que nasceram já secularmente. Aliás, o movimento feminista nasce para se contrapor ao patriarcado e ao capitalismo. A sua marca é a negação dessa condição de inferioridade da mulher nessa realidade de também desigualdade de classes que o capitalismo só aprofunda nos dias de hoje.

Eu trago denúncias que são importantes. A cada 24 horas neste país, pelo menos, 8 mulheres foram vítimas de violência em 2023; 1.463 mulheres foram vítimas de feminicídio nesse mesmo ano; e a Bahia, infelizmente, lidera isso na Região Nordeste. São dados estarrecedores.

Por isso, por Marielle Franco, por Nega Pataxó, por Mãe Bernadete, por todas as mulheres e meninas, nós precisamos estar contrários a essa política de violência, de assassinatos que tem os fascistas, os fundamentalistas, machistas e antidemocráticos à frente, fazendo a defesa de maneira aberta neste país.

Quero mencionar, aqui, também, a necropolítica...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que é feita pelo estado de Israel em relação às mulheres palestinas, que são, hoje, símbolo da firmeza da luta da mulher pela vida.

Aqui, na Bahia, a luta das indígenas, das mulheres pretas periféricas que tem, por exemplo, na companheira D. Mira uma grande referência. Também a sua família, vítima do terrorismo de estado, que coloca as mulheres e suas famílias nessa situação de agonia interminável.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Por fim, quero dizer, só para concluir, Sr. Presidente, que nós precisamos nos somar, deputado Zé Raimundo, todos os homens devem se somar para derrotar o

fascismo, o patriarcalismo expresso hoje, especialmente, no movimento bolsonarista, que está forte, mas que vai ser derrotado.

Quero finalizar dizendo: a revolução vai acontecer e ela será feminista.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, aproveitar que o deputado Tiago está se dirigindo à tribuna para marcar que amanhã e depois serão dias de luta da categoria das mulheres educadoras do município de Salvador, que estão em paralisação e mobilização por toda a cidade. Isso será amanhã e na próxima quarta-feira.

Toda a força, a luta pela educação municipal feita pelas mulheres educadoras e pelos educadores.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Hilton.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Tiago Correia.

Fique à vontade, deputado Tiago.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, nobres colegas, que nos acompanham nesta sessão de segunda-feira, amigos da imprensa e servidores desta Casa.

Sr. Presidente, subo mais uma vez a esta tribuna para fazer um desabafo. São insustentáveis, Sr. Presidente, as condições em que a Viabahia vem deixando a BR-116 e a BR-324. Professor Zé Raimundo, que é de Vitória da Conquista como eu, sabe que a BR-116, na semana passada, ficou interditada por 3 dias por conta de um acidente com um caminhão-tanque que levava um tipo de gás específico e causou um transtorno não só para o estado da Bahia, mas para todo o Brasil.

Nós sabemos que temos duas importantes rodovias que ligam de Norte a Sul, a BR-116 e a BR-101, as duas cortando o nosso estado de Norte a Sul. A BR-116 ficou totalmente interditada, interrompendo o seu fluxo, fazendo com que os veículos de pequeno porte buscassem rotas alternativas por dentro do mato.

Mas, infelizmente, os veículos de grande porte, os caminhões, tiveram que ficar parados. Se não fosse a população ajudando, inclusive com água potável, a esses caminhoneiros, que tiveram que dormir na rodovia, algo pior poderia ter acontecido.

Mas, por falar em pior, nada é tão pior que não possa piorar. No dia em que a rodovia foi liberada, um novo acidente aconteceu quase no mesmo local, causando transtorno de novo. No dia seguinte, outro acidente; e, agora, nesse final de semana, mais um acidente.

Não podemos aceitar, Sr. Presidente, são vidas que estão sendo perdidas nas rodovias pedagiadas pela concessionária Viabahia. E aí eu lhe pergunto: será que, durante esses 3 dias de interrupção, o pedágio deixou de ser cobrado? Esse é um contrato que se arrasta desde 2009, com a empresa cobrando o pedágio diariamente,

arrecadando, e quase nada do que estava previsto em contrato foi feito para as duas rodovias federais do nosso estado, a BR-116 e a BR-324.

Nós perdemos, deputado Zé Raimundo, a oportunidade de ter a BR-116 duplicada quando o governo federal iniciou as duplicações e pulou o estado da Bahia justamente na expectativa de que a concessão pública realizasse essa tão esperada obra. O que nós vemos são acidentes, mortes, e a Viabahia continua cobrando o pedágio.

Então, eu venho aqui fazer um apelo, mais um apelo diante de todos que já fizemos ao Ministério Público Federal, ao governo do estado, ao ministro Rui Costa, que é ex-governador do estado e ministro do governo Lula, para que interfiram nesse contrato que vem lesando toda a sociedade baiana e toda a sociedade brasileira, pois sabemos que esse é um importante ponto de ligação dos diversos estados do nosso país.

Fica aqui o nosso total repúdio a essa concessionária que trata com desrespeito não só esta Casa, que já a convidou, inclusive, por diversas vezes, mas trata com desrespeito a Bahia, os baianos e os brasileiros quando presta um péssimo serviço e continua cobrando o pedágio.

Vai chegar a hora em que a população brasileira vai inverter, vai fazer uma greve e vai deixar de pagar os pedágios da Viabahia até que ela tome as providências necessárias e inicie as obras, Sr. Presidente, que estão previstas em contrato.

É isso que eu trago. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Tiago.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra agora o meu amigo e professor, vice-presidente desta Casa, deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Prezado deputado Samuel Junior, que dirige, neste momento, esta sessão, nobres colegas deputados e deputadas, os que nos assistem pela *TV Assembleia* e pelas redes sociais, Sr. Presidente, eu ocupo este momento, este espaço do Pequeno Expediente, para fazer dois registros que são motivos de muita alegria para a Bahia e para a nossa região.

Amanhã será o lançamento, o anúncio da decisão do governo federal que vai criar, vai instituir, novos institutos federais de educação tecnológica. E a Bahia será contemplada com oito institutos federais, dois deles localizados no Sudoeste da Bahia.

O primeiro instituto do Sudoeste será na cidade de Macaúbas, uma luta, eu sei, de muitas lideranças locais, estaduais e nacionais, mas, de fato, essa decisão da criação do Ifba em Macaúbas tem a marca do nosso grupo político naquele município. Isso a começar pelo deputado federal Waldenor Pereira, que, incansavelmente, fez indicações, encaminhou, junto ao nosso então ministro da Educação, lá atrás, há mais de 8 anos, várias petições, e lá estivemos, várias vezes, eu, Waldenor e as lideranças de Macaúbas.

Por isso, eu gostaria de parabenizar o companheiro Bira, professor Bira, que é presidente do PT, o companheiro Cássio, a Cláudia, que são dirigentes também do nosso partido, e o ex-prefeito Amelinho, que estará amanhã, junto com outras lideranças, lá em Brasília, recepcionando este anúncio.

Além do companheiro Amelinho, eu quero também registrar o grande esforço do presidente da Câmara Municipal de Macaúbas, o vereador Marciel Costa, e do vereador Jonathan, o companheiro Jonathan, que é do Partido dos Trabalhadores.

Deixo ainda os meus parabéns para os companheiros Nei, que é vice-prefeito de Macaúbas; Lindofinho, o Vá de Lindofo; os professores Theo e Alan, incansáveis lutadores pela educação superior daquele município; a companheira Arerê; a companheira Cida, enfim, em seus nomes, eu quero saudar toda a população de Macaúbas.

E dizer que, evidentemente, nós, deputados, nós, que ocupamos cargos públicos, lutamos, mas a decisão foi, naturalmente, do presidente Lula, que ouviu as demandas do nosso governador Jerônimo Rodrigues e da nossa secretária Adélia Pinheiro.

Com certeza, os nossos encaminhamentos também foram considerados, mesmo porque o deputado federal Waldenor Pereira tem um projeto de criação da Universidade Federal do Sudoeste da Bahia. Na verdade, é um projeto que transforma o Campus Anísio Teixeira, da Universidade Federal da Bahia, numa universidade federal autônoma no Sudoeste da Bahia, inclusive, prevendo campus ali em Macaúbas e em Poções.

Sobre Poções, que receberá também o Ifba, eu quero cumprimentar e parabenizar a prefeita, Dona Nilda; o ex-prefeito Dr. Otto Magalhães; e os nossos deputados da Base do Governo, que lutaram também por esta grande ação do governo federal.

De modo especial, eu quero abraçar o professor João Bonfim, que é vice-prefeito; a professora Dirani, também secretária Municipal de Educação; para o meu orgulho, os meus ex-alunos na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; e saudar Jai, que é secretário de Agricultura; Lucimar; Edson Meira; Laudelino, Zezeu...

Ou seja, esses companheiros estiveram, ao longo de mais de 10 anos, lutando pelo campus avançado do Ifba de Vitória da Conquista ali em Poções, mas, infelizmente, com o golpe que deram, em que destituíram a Dilma, muita coisa encaminhada...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) estava lá em Brasília. Com o retorno de Lula, retornaram os nossos sonhos, os nossos desejos e, mais do que isso, retornaram as ações efetivas que vão modificar definitivamente a paisagem cultural, educacional e de pesquisa na Bahia.

O Ifba é hoje uma das instituições mais ágeis, mais adaptáveis...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) às circunstâncias do Nordeste porque o Ifba tem o ensino médio, o ensino tecnológico, as graduações e a pós-graduação. O Ifba é hoje sinônimo da melhor

alternativa para termos um país independente, um país que leva a cultura, a ciência e o saber para cada região. Por isso, de parabéns o presidente Lula, e de parabéns o nosso ministro... o nosso ministro e ex-governador do Ceará...

A Sr.^a Neusa Cadore (fora do microfone): Camilo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: (...) me fugiu o nome dele agora.

A Sr.^a Neusa Cadore (fora do microfone): Camilo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Camilo Santana. Estivemos com ele agora, o Camilo Santana, parabéns para o Camilo Santana e, sobretudo, parabéns para o nosso governador Jerônimo Rodrigues porque foi ele que mediu essas reivindicações. Estaremos também amanhã lá em Brasília, ao lado dessas lideranças, lideranças de Poções e de Macaúbas, recepcionando e aplaudindo essa decisão do nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Zé Raimundo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra agora o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, visitantes, servidoras, servidores, duas questões que eu queria tornar públicas, para evitar qualquer tipo de dúvidas.

Conversei com o deputado presidente Adolfo Menezes com relação à PEC, que tramita na Casa sobre a possibilidade de ter recondução no mesmo período. Li a PEC, não assinei a PEC porque desconhecia à época do seu conteúdo, não foi trazida a mim nem a uma das pessoas que não assinaram,, e não vejo nenhum problema na redação.

Então, quero deixar claro que conversei com o presidente Adolfo Menezes, para a gente verificar o melhor momento para votar aqui, na Casa, que tenha o número suficiente de parlamentares, pois uma PEC precisa de 38 votos na Casa. Então, digo que não há nenhuma divergência com o conteúdo da redação com relação à PEC, que permite a reeleição no mesmo período.

É natural que essa PEC não garanta um terceiro mandato a ninguém. Isso, obviamente, depende de alguma modificação no Congresso Nacional, uma vez que o STF pacificou essa tese com relação a ter uma única reeleição em qualquer período.

Então, para a gente deixar claro, eu já disse e reafirmo aqui, no Plenário, se essa alteração acontecer e se o atual presidente da Casa, Adolfo Menezes, se candidatar, com essa alteração no Congresso Nacional, ele terá o meu voto para a sua recondução. Mas não depende desta Casa; depende, obviamente, do Congresso Nacional.

A outra questão que vi, na imprensa, é sobre a instalação da Comissão de Ética da Casa. Eu também não tenho nenhum problema em relação à Comissão de Ética, e ela deve ser instalada no momento em que é provocada. E há uma provocação, pela imprensa, sobre um questionamento da instalação. Eu perguntei outro dia, por que essa pressa. Aí, presidente, vi uma manifestação de V. Ex.^a com relação a essa

Comissão de Ética, que houve uma solicitação da manifestação do Ministério Público, sobre o deputado Binho Galinha. Vi essa declaração, está na imprensa que há uma manifestação do Ministério Público. Acho que a Comissão de Ética tem que ser instalada. Nós vamos indicar, mas não é essa a pauta que vai fazer a Casa Legislativa, deputado Zé Raimundo, vice-presidente desta Casa. O Ministério Público fez um acionamento a um determinado parlamentar, e eu não quero entrar no mérito disso, se está certo, se está errado e tal. E é legítimo o Ministério Público acionar qualquer pessoa, inclusive os parlamentares. É um processo, inclusive, em segredo de justiça, uma vez que o deputado Binho Galinha tem a prerrogativa como parlamentar.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, cabe ao Tribunal de Justiça julgar. A partir da decisão do Tribunal de Justiça é que a Casa Legislativa tem que se manifestar. Nós não somos julgadores. Nós não podemos, deputado Pablo, assumir nenhum posicionamento a priori. Quem tem que fazer isso, por prerrogativa, é o Ministério Público – que fez – e a justiça que tem que se manifestar.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Depois do resultado disso, uma vez que se trata de um parlamentar, cabe à Assembleia se manifestar, mas não é o momento de nenhuma manifestação da Assembleia Legislativa sobre essa questão – para a gente, inclusive, aparar as arestas aqui e parar com esse negócio. Não é a Comissão de Ética que vai resolver essa questão. Então, não me venha aqui ninguém colocar no colo da Comissão de Ética essa questão. Que o Ministério Público e o Tribunal de Justiça se movimentem nessa questão e, depois, tragam o resultado final para Assembleia Legislativa. Aí eu serei um que vou pedir a Comissão de Ética para se manifestar. A priori nós não temos que responder, absolutamente nada, nem ao Ministério Público e nem a ninguém.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Rosemberg.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zé Raimundo Fontes: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Fontes: Solicito a V. Ex.^a a verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado. V. Ex.^a será atendido.

A gente vê que não há quórum para continuidade da presente sessão. Portanto, declaro-a encerrada, convocando os Srs. Deputados e deputadas para amanhã, no horário regimental.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Binho Galinha, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Fátima Nunes, Hassan, Ivana Bastos, Júnior Muniz, Luciano Simões Filho, Pancadinha, Patrick Lopes, Raimundinho da JR (justificado), Roberto Carlos e Rogério Andrade. (13) Obs. Esta Sessão contou com

um total de 62 parlamentares. Em decorrência da renúncia do Deputado Paulo Rangel (eleito Conselheiro do TCM), após o término desta Sessão, a Deputada Neusa Cadore tomou posse como efetiva e o Deputado Marcelino Galo tomou posse na Suplência do Deputado Osni Cardoso Lula da Silva (Secretário de Estado).

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.